



DOSSIÊ POLÍTICAS CULTURAIS: PROJETOS, ATORES E CIRCUITOS

Política cultural como instância do desenvolvimento social e do interesse comum no Brasil: Breve olhar sobre o Vale do Paraíba e Litoral Norte paulista

Cultural policy as an instance of social development and common interest in Brazil: A brief look at Paraíba Valley and the North Coast of São Paulo

La política cultural como instancia de desarrollo social e interés común en Brasil: una breve mirada al Valle de Paraíba y la Costa Norte de São Paulo

Cilene Gomes¹

orcid.org/0000-0001-5217-9426
cilenegomes2011@gmail.com

Valéria Regina Zanetti²

orcid.org/0000-0003-2968-9342
valzanetti.zanetti@gmail.com

Recebido em: 13 set. 2021.

Aprovado em: 27 dez. 2021.

Publicado em: 30 ago. 2022.

Resumo: O artigo tem o objetivo de compreender a trajetória histórica das políticas culturais no Brasil com a finalidade de situar a desconstrução em curso dessa mesma história e, no sentido inverso dessa tendência, acentuar a revalorização de suas importantes conquistas. Conjugados a esta perspectivação histórico-crítica da política cultural, valeu-se de aportes teóricos sobre as relações entre cultura e desenvolvimento, que culminam com o debate regional sobre a cultura no quadro das discussões gerais em vista do planejamento e do desenvolvimento regional no Vale do Paraíba e Litoral Norte Paulista. Com base em breve perfil de parâmetros indicativos da política cultural nos 39 municípios integrantes da região em foco, salienta-se que, embora a gestão cultural se mostre insuficiente, após a Constituição Federal de 1988, são perceptíveis movimentos regionais pontuais preocupados com a construção de sistemas municipais de cultura alinhados com as diretrizes democráticas da política nacional e interesses comuns de agentes locais comprometidos com a cultura e o planejamento do desenvolvimento regional. Percebeu-se que a discussão sobre sistema nacional, descentralização e atuação sinérgica de agentes locais é essencial para a promoção de políticas culturais; no entanto, é preciso que a cultura seja pensada à luz de um novo saber epistemológico de descolonização do olhar que promova a construção social de sentidos afirmativos de singularidades, de sujeitos, comunidades e lugares.

Palavras-chave: Política cultural. Cultura. Formação social. Desenvolvimento. Planejamento regional.

Abstract: The article aims to understand the historical trajectory of cultural policies in Brazil to situate the ongoing deconstruction of this same history and, on the other way round of this trend, emphasize the revaluation of its important achievements. Coupled with this historical-critical perspective of cultural policy, theoretical contributions were made on the relationship between culture and development, which culminated in the regional debate on culture in the context of general discussions in view of regional planning and development in Vale do Paraíba and on the North Coast of São Paulo. Based on a brief profile of parameters indicative of cultural policy in the 39 municipalities in the region, it is noteworthy that, although cultural management is not sufficient, after the Federal Constitution of 1988, one can see specific regional movements concerned with the construction of municipal cultural systems aligned with the democratic guidelines of national policy and common interests of local agents committed to culture and regional development planning. It was noticed that the discussion about the national system, decentralization and synergistic action of local agents is essential for the promotion of cultural policies; however, it is necessary that culture is thought



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), São José dos Campos, SP, Brasil.

² Pesquisador autônomo, São José dos Campos, SP, Brasil.

of in the light of a new epistemological knowledge of decolonization of the view that promotes the social construction of affirmative meanings of singularities, subjects, communities and places.

Keywords: Cultural policy. Culture. Social formation. Development. Regional planning.

Resumen: El artículo tiene como objetivo comprender la trayectoria histórica de las políticas culturales en Brasil con el fin de situar la deconstrucción en curso de esta misma historia y, en la dirección opuesta a esta tendencia, acentuar la revalorización de sus importantes logros. Unido a esta perspectiva histórico-crítica de la política cultural, se realizaron aportes teóricos sobre la relación entre cultura y desarrollo, que culminaron en el debate regional sobre cultura en el marco de discusiones generales con vistas a la planificación y desarrollo regional en el Vale do Paraíba y la Costa Norte de São Paulo. A partir de un breve perfil de parámetros indicativos de la política cultural en los 39 municipios de la región en cuestión, se destaca que, si bien la gestión cultural es insuficiente, a partir de la Constitución Federal de 1988, movimientos regionales específicos preocupados por la construcción de sistemas culturales municipales atento a los lineamientos democráticos de la política nacional y los intereses comunes de los agentes locales comprometidos con la cultura y la planificación del desarrollo regional. Se notó que la discusión sobre el sistema nacional, la descentralización y la acción sinérgica de los agentes locales es fundamental para la promoción de políticas culturales; sin embargo, es necesario que la cultura sea pensada a la luz de un nuevo conocimiento epistemológico de descolonización de la mirada que promueva la construcción social de significados afirmativos de singularidades, sujetos, comunidades y lugares.

Palabras clave: Política cultural. Cultura. Formación social. Desarrollo. Planificación regional.

Introdução

O presente momento histórico, propiciador da experiência de pandemia à humanidade, instiga a muitas reflexões, indagações e observações da realidade global, nacional e local. Nessa situação de perplexidades e de incertezas em relação ao futuro, algo se torna relevante: somos iguais na susceptibilidade à doença e, todavia, somos muito diferentes e desiguais nas condições para enfrentar a epidemia e com ela conviver.

Assim, as desigualdades estruturais tendem ao paroxismo e, em suas manifestações, ao paradoxo das fronteiras geopolíticas, pois ao mesmo tempo em que se dissolvem, pela emergência de grandes causas humanitárias e técnico-científicas, se enrijecem pela norma do isolamento social, a desinformação e o mercado das vacinas.

No contexto atual da formação socioespacial

brasileira, se o risco de contaminação atinge a todos, os impactos sanitários e econômicos são, inegavelmente, social e espacialmente seletivos. Além disso, adquire-se a consciência do postulado enganador da política nacional de que tudo pode na imediaticidade do tempo histórico sem que se evidenciem suas opções equivocadas por ações que não resultam no melhor para todos.

Não é objetivo aqui demonstrar essa hipótese, mas apenas situar a ocorrência de alguns fatos no âmbito da política nacional que convergem ao que se pode atinar por uma orientação e diretrizes de desconstrução de uma trajetória histórica das políticas culturais, que teve seu início, aproximadamente, nos decênios de 1920 e 1930, fundada na aspiração de renovação cultural inspirada na realidade brasileira e na construção simbólica e identitária do país e da nação.

O que preocupa e se busca discutir é o atual despreparo observado na instância político-institucional do governo brasileiro associado à desvalorização da cultura nacional, representada tanto por suas conexões universalistas e/ou globais, quanto pela unidade e diversidade dos contextos socioculturais, territoriais e paisagísticos da produção "indígena" de imagens, símbolos, discursos, filosofias, técnicas, objetos e modos de vida (SANTOS, 2000).

A esse respeito, e para melhor compreender o alcance e os limites das atuais tendências desconstrutivas e, mesmo, depreciadoras da política nacional frente à instância cultural-ideológica da sociedade brasileira, é que a reconstituição histórica das políticas culturais no Brasil torna-se de fundamental interesse para promover o sentido de sua revalorização, a partir da busca do que se concebe, na visão de Walter Benjamin (2012; ZIMMER, 2015), por experiências não vividas, excedentes utópicos ainda não realizados, mas, confluentes, todavia, às forças de resistência contra-hegemônica por outro possível histórico onde a cultura constitua uma dimensão significativa do desenvolvimento (FURTADO, 1999) e da constituição de comunidades democráticas (SANTOS, 2014a; POGREBINSCHI, 2004).

Adicionalmente a essa perspectivação histó-

rica e conceitual sobre a cultura como instância da formação social e da dimensão do desenvolvimento, importa-nos redesenhar a questão da cultura e de políticas culturais no âmbito do debate sobre o planejamento e o desenvolvimento regional alicerçado na construção de conhecimentos e de ações coletivas em circuitos simbólicos localizados ou articulados a esferas extralocais.

Essa discussão será particularizada pela referência ao estatuto normativo que instrui o planejamento institucional de regiões metropolitanas no país (BRASIL, 2015) e ao contexto da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), localizada a Leste do estado de São Paulo, a meio caminho das duas metrópoles de ordem hierárquica mais elevada na rede urbana nacional, São Paulo e Rio de Janeiro.

O caminho metodológico para a elaboração do estudo combina a perspectiva teórica da história, apoiada em Walter Benjamin (2012; ZIMMER, 2015), a interpretação histórico-crítica de bibliografia selecionada, a abordagem teórico-conceitual sobre as relações entre cultura e desenvolvimento, baseada em Celso Furtado (1999), e sobre a questão do desenvolvimento regional inspirada em Sérgio Boisier (2007).

Além disso, foram utilizadas bases documentais e de informações empíricas para a contextualização do planejamento de regiões metropolitanas e a elaboração de um panorama da cultura na região em foco. Buscando encadear as inferências implícitas à ordem lógica dos fatos históricos, teóricos e empíricos apresentados, o ensaio interpretativo será balizado pelo exame das relações entre sujeitos do conhecimento e da história e as contextualizações socioculturais e espaciais, relações estas organizadas por suas potencialidades e atualidade.

Em recorrência à proposta aqui enunciada, o artigo estrutura-se em duas seções: na primeira, a cultura é abordada em seu estatuto de instância ativa da sociedade e dimensão do desenvolvimento e, na segunda, apresenta-se uma história das políticas culturais e o debate sobre a cultura, inserido no contexto das discussões sobre o

planejamento e o desenvolvimento regional, em consideração ao quadro normativo da organização de regiões metropolitanas no Brasil.

1 Cultura: instância social e dimensão do desenvolvimento

Entende-se que a cultura é uma instância da formação histórica da sociedade (SANTOS, 2014b) e um domínio que integra o processo de realização da vida social no tempo e no espaço. Com essa compreensão, a leitura da história das políticas culturais concebida nesta seção se prestará a refletir sobre as interações entre cultura, política e a questão do desenvolvimento. Para além da equiparação exclusiva ao crescimento econômico e das condições materiais para a vida social, bem como às regras de relacionamento fundadas na competitividade e na instrumentalização mercadológica das forças de socialização, assume-se que a construção coletiva do sentido da vida social e, por conseguinte, do desenvolvimento, sejam referidos em todas as suas dimensões e lugares, com toda a diversidade sociocultural e desigualdade de condições aí implícitas.

Ensaia um novo modelo de desenvolvimento e de vida social subentende, nessa ótica, promover uma resignificação da cultura nacional ou local, com base nos dinamismos sociais e experiências de vida, em seus lugares e interfaces com o zeitgeist contemporâneo. Para isso, é preciso partir de uma abertura epistemológica de nossa formação social colonizada e dependente, repleta de violência e espoliações, a partir de excedentes utópicos selados, contidos em cosmovisões e ações engajadas que tendem a despertar e a se revelar como reserva de sentido para a vida em comum, força de resistência e de afirmação consciente.

Na construção do pensamento e/ou nos enfrentamentos cotidianos, o trabalho do esclarecimento reside na dissolução ideológica de tendências homogeneizantes ligadas aos ditames de poderes hegemônicos distorcivos, em detrimento do que se cultiva no território usado por todos os habitantes, de acordo com o conceito de cultura atrelado às expressões de autenticidade,

integridade e liberdade. Cultura

é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado. Por isso mesmo, tem de ser genuína, isto é, resultar das relações profundas dos homens com o seu meio, sendo por isso o grande cimento que defende as sociedades locais, regionais e nacionais contra as ameaças de deformação ou dissolução de que podem ser vítimas (SANTOS, 2002, p. 65).

Na referência ao solo de um país, à vida material e ao espírito, a cultura pode ser considerada, em seu mais amplo sentido, por todo o espectro de atividades que constituem a base do tempo social e das interações que criam, preservam ou aperfeiçoam a vida social, constituindo-se como fator de diferenciação e identidade dos grupos e indivíduos, do seu modo de ver o mundo e a si mesmos. Provisão econômica, organização política, tradições morais, conhecimentos e artes, todos são elementos da criação cultural e da ordem social que a promove (DURANT, [19--], p. 1).³

1.1 Cultura: matriz histórica e dimensão do desenvolvimento

Com esse entendimento, concebe-se a cultura como dimensão integradora da vida social e, pois, do desenvolvimento social. Celso Furtado (1999) foi um dos intelectuais que se preocupou com a questão do desenvolvimento econômico integrado à matriz cultural da formação social de um país.

Reportando-se às raízes de nossa cultura, Furtado (1999) parte do interregno europeu entre a fé e o conhecimento científico, ressaltando que o projeto do estado colonialista de explorar terras longínquas, o controle metropolitano da economia de mercado e "o cálculo econômico que transforma a natureza em recurso produtivo e o homem em força de trabalho" reforçavam "a visão racional do mundo exterior" (FURTADO, 1999, p. 57-59).

Com um processo de criação cultural balizado pela Coroa e pela Igreja e estabilizado pela dominação social latifundiário-burocrática e, ainda,

à parte da incorporação de motivos indígenas e africanos em seu estilo, a colonização promove, em meio aos desajustes do extermínio e da escravidão, o isolamento das matrizes culturais e a perda de identidade dos povos originários e transmigrados da África (FURTADO, 1999, p. 60-61).

A passo igual das transformações europeias, a modernização dependente possibilitou padrões de comportamento imitativos das elites em relação aos centros da cultura da época e o distanciamento crescente entre estas elites e o povo, com depreciação e rejeição das heranças culturais e forças criadoras de raízes populares. Para Furtado (1999), este fenômeno gerou autonomia criativa na expressão da cultura popular, constituindo um fator de diferenciação das regiões brasileiras (FURTADO, 1999).

Com o decurso da história, as influências americanas, a sociedade de consumo e a cultura de massa funcionam como fatores de "desestabilização do quadro cultural fundado na dicotomia elite-povo" (FURTADO, 1999, p. 65). Além disso, com o novo ritmo da urbanização, a presença do homem e de sua força criativa tornam-se tão presentes quanto as classes médias emergentes que, de um lado, próximas ao povo, não ignoram o seu significado cultural, mas, que, de outro lado, ao passo de sua ascensão econômica e social e acesso à cultura de massas, contribuem para um processo de descaracterização da cultura popular (FURTADO, 1999).

Nessa equação cultural brasileira de final do século XX, Celso Furtado (1999) adiciona mais dois elementos contrastantes: a tendência à aceleração da globalização da cultura, trazendo o desafio de contribuir para o enriquecimento do patrimônio comum da humanidade, não relegados, portanto, ao papel de meros consumidores; e, de outro lado, a emergência de uma consciência crítica originada nas elites, mas criadora de forças de resistência à descaracterização da cultura brasileira (FURTADO, 1999, p. 66-67) que, já nos decênios iniciais do século XXI, para além

³ Edição original, 1935.

das elites, tende a se desenvolver em diferentes segmentos sociais e a consolidar novas cosmovisões e campos de criação cultural.

As discussões sobre as relações entre cultura e desenvolvimento surgem, no Brasil, na obra de Celso Furtado, a partir da década de 1970, como forma de ampliação e aprofundamento da compreensão das raízes e das dinâmicas econômicas dos países subdesenvolvidos, em especial, os latino-americanos. Como desdobramento de sua trajetória na CEPAL, estritamente voltada ao conceito de subdesenvolvimento, ao desenvolvimento das forças produtivas, às relações entre produção e consumo, aos padrões tecnológicos e às estruturas de dominação social e poder político, a dimensão da cultura surge em seu pensamento como fator extraeconômico influente nos dinamismos da economia e da sociedade.

Nesse sentido, para o intelectual, a cultura deve ser incorporada aos esforços de teorização do desenvolvimento, orientados pela ideia de que a capacidade criativa dos homens culmina em geração de inovações, pondo em curso o processo de desenvolvimento. No âmbito da cultura material, tais inovações permitiriam excedentes econômicos e, no âmbito da cultura imaterial, abririam caminhos para a realização das potencialidades dos membros integrantes da sociedade. Nessa perspectiva, o subdesenvolvimento tanto se explica pelo determinante cultural da sociedade, como este constituiu o ponto-chave para as mudanças culturais que confluem para a sua gradual superação e, por conseguinte, à imersão em processos de atividade que possibilitam a autoidentificação (SILVA; BARROS, 2014) de grupos e a identidade multicultural da nação.

Considera-se a possibilidade de um projeto nacional de caráter social e cultural e estratégias de transformações estruturais prioritárias e planejadas pelo Estado e, em seus níveis próprios, pelas demais instituições e organizações, e os atores e agentes sociopolíticos. Assim, a multidimensionalidade do desenvolvimento envolve tanto as relações recíprocas entre as instâncias da sociedade – a econômico-produtiva, político-institucional, cultural-ideológica e espacial (SANTOS,

2014c) – como o corpus de decisões políticas que, sem ignorar os processos geopolíticos e de integração global e as referências simbólicas universais e de outros povos e nações, impeçam a perpetuação de estruturas anacrônicas de aculturação e de dependência (D'AGUIAR, 2013).

Nesse contexto, a discussão sobre a questão da endogeneidade do desenvolvimento, direcionada, neste artigo, para a abordagem da escala regional de uma unidade da federação, torna-se pertinente. Considerando a estrutura de uma federação segundo a ótica de Boisier (2007), o desenvolvimento endógeno pressupõe a descentralização política da gestão territorial, mas, ao contrário do que se poderia pensar, supõe igualmente um importante papel de coordenação da União. Nas palavras deste mesmo autor,

cuanto mayor es la descentralización política, mayores son las atribuciones que debe detentar el estado central o nacional – aunque ahora operando en un marco descentralizado – para impedir la anarquía y para poder establecer regulaciones que tomen a su cargo la naturaleza sistémica del crecimiento y del desarrollo desde un punto de vista territorial (BOISIER, 2007, p. 30-31).

Em seu entendimento, o desenvolvimento de um novo marco cultural e institucional em que seja possível a diversidade dentro da unidade, sem o compartilhamento de responsabilidades entre Estado e sociedade civil, uma combinação flexível de centralização e de descentralização e o fortalecimento da consciência e da prática democráticas, não haverá projeto político de mudanças sociais e territoriais e nem tampouco preparação para isso (BOISIER, 2004, p. 38-39).

Para Boisier (2004), conhecimento e ação política devem se combinar para qualificar sinergicamente um sistema territorial e lidar com o desafio de compreender como esse se articula a processos globais (novo entorno e crescimento exógeno) e se complexifica com as possibilidades de criar e de dinamizar um novo interno, um desenvolvimento social que seja fundado em um processo e estado "vinculado a la posibilidad de crear en cada lugar y momento [...], un contexto, una situación [...], capaz de potenciar la trans-

formación del ser humano en persona humana, en su individualidade y sociabilidade" (BOISIER, 2004, p. 36).

Em vista dessa compreensão geral das relações entre cultura e desenvolvimento, e antes ainda de reportar-se ao debate sobre o planejamento e o desenvolvimento territorial na escala de uma região paulista, é importante que se reconstitua, em sentidos gerais, uma história das políticas culturais no Brasil, para melhor avaliar esse balizamento de referenciais teóricos e históricos da formação social e suas circunstâncias atuais.

2 Uma história das políticas culturais no Brasil e o debate regional sobre a cultura

A história das políticas culturais no Brasil pode ser resumida pela predominância do autoritarismo e da desatenção aos desafios de se pensar cultura a partir da diversidade cultural. Pautada no perfil autoritário e elitista, a ideia que se tem de política cultural no país dificulta o desenvolvimento da cultura (COUTINHO, 2000), fundamentada no princípio da alteridade.

Antes, porém, é preciso esclarecer o que se entende por política cultural. Toma-se como base o conceito definido por Nestor García Canclini, que assinala:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social (CANCLINI, 2005, p.78).

Embora haja política cultural no Brasil desde 1930, com Getúlio Vargas, certamente, só se pode falar em políticas culturais no Brasil a partir da criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, em 1986. No entanto, não tem como falar de política cultural separada da cultura política, desafio apontado há muito por Marilena Chauí (CHAUÍ, 1995). Esta autora menciona sobre as diferentes políticas culturais que permearam a história política brasileira; mas questiona, quan-

do a questão esbarra na cultura política: "Como suscitar nos indivíduos, grupos e classes a percepção de que são sujeitos sociais e políticos? Como tornar evidente que carências, privilégios, exclusões e opressão não são naturais nem impostas pela Providência divina?" (CHAUÍ, 1995, p. 80-81). Questão importante a se pensar. Para tanto, torna-se importante discorrer sobre as diferentes políticas culturais adotadas no país, incursão que nos remete à nossa formação social.

No âmbito colonial, a monarquia portuguesa, ao mesmo tempo em que se apoiou nas culturas indígena e africana, negava-as como elementos que conferiam a autenticidade cultural brasileira. No Brasil, a atenção no campo da cultura ganha certa projeção com a consolidação do processo de emancipação política e rompimento colonial, quando se tentou buscar as matrizes culturais que definissem a nova imagem do Brasil independente, assentada no regime imperial. No entanto, a múltipla composição étnica e o predomínio social de negros e mestiços esbarravam no padrão de civilização pensado para o Brasil a partir de 1822, que tinha como consonância os modelos europeus de cultura. Na busca de referências identitárias ajustadas aos padrões imaginativos de sociedade, prevaleceu a negação das diferenças raciais e, paradoxalmente, um sentimento idealizado de uma nação miscigenada sem conflitos. Essa postura não muda com o advento do Segundo Império, reforçada pelo caráter ilustrado e de mecenas do imperador.

O advento da Primeira República, denominada República Velha (1889-1930), traz alterações políticas e econômicas significativas. No entanto, no campo cultural, também não desencadeou um cenário propício para o surgimento das políticas culturais nacionais. O foco concentrou-se na área de patrimônio, preocupação presente em alguns estados, que buscavam registrar os elementos da tradição. A criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 e a presença de Gustavo Capanema neste ministério até 1945, não só permitiu a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura na Prefeitura de São Paulo (1935-1938) como deu certo alento

às experiências municipais acerca das políticas culturais nacionais (RAFFAINI, 1999; SCHELLING, 1991). Muitos intelectuais e artistas progressistas fizeram parte da equipe de Mário de Andrade, a exemplo de Carlos Drummond de Andrade, Cândido Portinari, Oscar Niemeyer etc. (RAMÍREZ NIETO, 2000).

Dentre outras coisas, Mário de Andrade estabeleceu pensar a cultura como algo vital para a identidade social, abarcando também as "culturas populares". Andrade propunha ampliar o conceito de patrimônio além da sua importância material, conferindo grau de importância à dimensão imaterial, intangível pertinente aos diferentes estratos da sociedade. A partir dessa compreensão, as missões etnográficas de Mário de Andrade às regiões amazônica e nordestina permitiu criar importantes acervos culturais dos diferentes meios de vida que abarcavam os modos de produção, os valores sociais, as histórias, as religiões, as lendas, os mitos, as narrativas, as literaturas, as músicas, as danças das populações (RAFFAINI, 1999). Apesar das suas limitações, sobretudo pelas características centralizadoras e autoritárias do governo de Getúlio Vargas, as ações de Mário de Andrade podem ser consideradas marco inicial das políticas culturais no Brasil, por valorizar o nacionalismo, a brasilidade, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro.

A criação de órgãos como a Superintendência de Educação Musical e Artística, o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936), o Serviço de Radiodifusão Educativa (1936), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (1937), o Serviço Nacional de Teatro (1937), o Instituto Nacional do Livro (1937) e o Conselho Nacional de Cultura (1938), reforçaram a política cultural durante a implantação do Estado Novo, regime autoritário de Getúlio Vargas. O SPHAN teve papel fundamental na política cultural do país até o final dos anos 1970, não só por ter acolhido modernistas interessados em ampliar e dar nova conotação ao conceito de cultura (MICELI, 2001), como pelas competências técnicas dos profissionais dos seus especialistas. No entanto, ele foi alvo de severas críticas oriundas das

concepções elitistas e classistas de cultura que teimavam em considerar importantes apenas os elementos culturais correspondentes aos segmentos hegemônicos (MICELI, 2001; GONÇALVES, 1996), máxima que marcou a história brasileira das políticas culturais nacionais (RUBIM, 2007).

Pouca coisa mudou no campo da cultura com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Nesse momento, destacam-se os Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), instalados no Rio de Janeiro (1961) e em outras cidades (RUBIM, 2007) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura criado em 1955, responsável por elaborar o projeto "nacional-desenvolvimentista". O ISEB, ao mesmo tempo que propunha estudos, pesquisas e reflexões sobre a realidade brasileira, sustentava o ideário nacional-desenvolvimentista, responsável por "fabricar ideologias" (TOLEDO, 1977). De acordo com Rubim (2007), o ISEB teve papel importante na construção de um projeto de nação sustentado por um imaginário social que conformou o cenário político cultural e reforçou o pensamento e a ação de governantes. Não podemos deixar de mencionar os avanços no campo da educação e da cultura com a trajetória pedagógica de Paulo Freire no Recife (SCHELLING, 1991), ao mesmo tempo em que instituições conservadoras, como a Escola Superior de Guerra, criada para combater os supostos ideários golpistas, interrompia o longo histórico de lutas sociais pela defesa democrática, com a instalação da ditadura cívico-militar em 1964, episódio que provocou fortes impactos sobre a cultura.

Apesar do autoritarismo do regime militar, as manifestações políticas e culturais não se intimidaram e, circunscritas às classes médias (SCHWARZ, 1978), se tornaram alvos da violência dos órgãos de repressão que, alicerçados pelos instrumentos de comunicação, impunham uma "cultura midiática controlada e reprodutora da ideologia oficial" (RUBIM, 2007, p. 106).

O final do regime civil militar no início de 1985 é marcado por avanços das políticas democráticas,

sobretudo, após a criação do Ministério da Cultura; no entanto, a forte característica conservadora e autoritária da sociedade brasileira estabelece limites para se pensar a cultura de forma mais democrática e descentralizada. Pela primeira vez o país passou a ter um Plano Nacional de Cultura (1975), com orçamento na área, o que permitiu a criação de instituições culturais, como a Fundação Nacional das Artes (1975), o Centro Nacional de Referência Cultural (1975), o Conselho Nacional de Cinema (1976), a RADIOBRÁS (1976), a Fundação Pró-Memória (1979) (MICELI, 1984).

No contexto internacional, os vários encontros sobre políticas culturais promovidos pela UNESCO a partir de 1970 repercutiu na América Latina (SERFATY, 1993) e no Brasil (BOTELHO, 2000) e ganhou força no cenário pós ditadura civil-militar. A criação da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), em 1975, órgão responsável por promover e incentivar a produção, a prática, o desenvolvimento e a difusão das artes no país, contou com um corpo técnico qualificado, "em geral oriundo das próprias áreas culturais, e na tentativa de superar a lógica fisiológica, através de uma análise de mérito dos projetos realizados e financiados" (BOTELHO, 2000 apud RUBIM, 2007, p. 107). A criação da Funarte abriu portas para uma visão renovada da questão patrimonial por meio da ampliação da noção de bens culturais, pautada em uma concepção mais antropológica de cultura, com valorização do saber popular, do artesanato e das tecnologias das comunidades tradicionais (MAGALHÃES, 1985).

Tais avanços, no entanto, eram permeados de tensões, inclusive internas (ORTIZ, 1986), mais uma evidência dos traços do nosso autoritarismo em todos os âmbitos da sociedade. Inseridas no contexto econômico neoliberal, as políticas culturais de Estado pós-regime militar passam a ser determinadas pelos padrões de mercado.

Carregando pautas reivindicatórias dos diferentes setores da sociedade e limitado pela ambiência da democratização em estofamento político autoritário, o Ministério da Cultura, durante os Governos de José Sarney (1985-1989), Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994),

foi palco de instabilidade institucional, o que promoveu nos governos não só uma mudança quase anual dos responsáveis pela cultura (RUBIM, 2007) como, nos governos Collor de Mello e nas administrações subsequentes, de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro, a extinção dos órgãos culturais e do próprio ministério, com sua redução a secretarias.

No governo Sarney, o Ministério da Cultura foi restituído, trazendo uma novidade, a Lei 7.505/86, popularmente conhecida como Lei Sarney. Concebida em um momento de fragilidade institucional da área, esta lei foi a primeira de incentivos fiscais para financiar a cultura no País (SARNEY, 2000), sustentada pelas Secretarias de Apoio à Produção Cultural (1986); Fundação Nacional de Artes Cênicas (1987); Fundação do Cinema Brasileiro (1987); Fundação Nacional Pró-Leitura, essa que reunia a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro (1987) e a Fundação Palmares (1988).

A Lei Sarney (1986), inovadora no quesito financiamento cultural, propunha que os recursos fossem buscados pretensamente no mercado, ou seja, na iniciativa privada, decorrente do mecanismo de renúncia fiscal, por meio do mecenato. Com Celso Furtado à frente do Ministério da Cultura, a pasta prometia avanços no que concerne à ampliação do conceito de cultura e à abrangência do acesso às políticas culturais no País. Em seu livro *Cultura e desenvolvimento*, Furtado (1984), dois anos antes de assumir o cargo, deixava clara que a ideia de cultura deveria estar atrelada ao desenvolvimento, posto a serviços do processo de enriquecimento cultural. Para Furtado (1984, p. 51), "o problema institucional maior que se coloca à sociedade brasileira, no momento presente, é exatamente esse, de abrir espaço para a emergência e vitalização das forças que alimentam a capacidade criativa da sociedade em todos os planos". O futuro ministro da Cultura percebia que a mola propulsora do desenvolvimento era a cultura entendida como um conjunto de atitudes e de mentalidades que vinha se cristalizando lentamente entre nós e que, na sua concepção, deveria ser ainda mais alastrada e consolidada

(FURTADO, 1984, p. 79).

Enquanto esteve no Ministério, este foi o projeto de Furtado. Quando Collor assumiu a presidência em 1990, não só o Ministério e seus órgãos foram extintos, como também a Lei de incentivo fiscal. A Lei Sarney, substituída pela Lei Rouanet, segundo Secretário da Cultura do governo Collor, retorna com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e se mantém nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016). Sobre a lógica das leis de incentivo, Rubim (2007, p. 25) acentua que esta,

torna-se componente vital do financiamento à cultura no Brasil. Esta nova lógica de financiamento – que privilegia o mercado, ainda que utilizando quase sempre dinheiro público – se expandiu para estados e municípios e para outras leis nacionais, a exemplo da Lei do Audiovisual (Governo Itamar Franco), a qual ampliou ainda mais a renúncia fiscal. Esta última legislação foi fundamental para a retomada do cinema brasileiro [...]. Com ela e com as posteriores mudanças da lei Rouanet, cada vez mais o recurso utilizado é quase integralmente público, ainda que o poder de decisão sobre ele seja da iniciativa privada. A predominância desta lógica de financiamento corrói o poder de intervenção do Estado nas políticas culturais e potencializa a intervenção do mercado, sem, entretanto, a contrapartida do uso de recursos privados.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), segundo discurso próprio, tentou “a implementação, de modo menos tosco e mais enfático, do projeto neoliberal no Brasil”, com pleno domínio do mercado. Não é à toa que se lançou a publicação da cartilha intitulada “Cultura é um bom negócio” (BRASIL, 1995), a fim de estimular a utilização das leis de incentivo. Castello (2002), em análise às leis de incentivo, sugeriu que elas escamoteiam a ausência de uma política cultural, uma vez que o Fundo de Investimento em Cultura e Arte (FICART) e o Fundo Nacional de Cultura, voltados para apoiar uma cultura em moldes mais capitalistas, não foram regulamentados pelo governo, enquanto o financiamento, via leis de incentivo, tornava-se modalidade predominante de apoio à cultura, muito à frente das outras formas de financiamento (CASTELLO, 2002). Ou seja, as leis de incentivo ao investimento privado em cultura desestimularam políticas

estatais para o fomento à cultura, relegadas ao interesse da iniciativa privada e à concentração de investimentos nas grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo.

No governo de Lula, o ministro Gilberto Gil (2005) tentou manter a linha de Furtado, posição expressa no pronunciado a seguir:

O Ministério da Cultura tem trabalhado exaustivamente a relação entre cultura e desenvolvimento. Estamos reunindo forças, agregando parceiros e juntando recursos para viabilizar um amplo programa visando ao fortalecimento das atividades econômicas de produção e difusão de bens e serviços culturais no Brasil, capaz de contribuir para que o setor cultural realize seu potencial de estímulo à qualificação do capital humano do país e à geração de emprego, renda, inclusão social e diversidade [...]. Trata-se de reconhecer a cultura como um fator central para o desenvolvimento dos países e a integração econômica regional da América Latina, criando as condições necessárias à incorporação do fomento das atividades econômicas da cultura ao rol das políticas governamentais estratégicas.

Nesse sentido, a Secretaria de Identidade e Diversidade Culturais, atenta às culturas populares e apoiada em um conceito de cultura mais alargado, mais “antropológico”, teve um papel significativo em atrelar cultura, desenvolvimento e diversidade, pautas defendidas por Gil com amplas consultas à sociedade.

Afora questões de ordem prática, mesmo os governos com tendências mais democráticas, como os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, se defrontaram com as imposições do tradicionalismo político, do autoritarismo e das escolhas do que convém a ser financiado no vasto domínio cultural das múltiplas experiências, saberes e fazeres.

Marilena Chauí (1995, p. 81), de forma resumida, apresenta as principais modalidades de relação do Estado com a cultura no Brasil:

- **A liberal**, que identifica cultura e belas-artes, estas últimas consideradas a partir da diferença clássica entre artes liberais e servis. Na qualidade de artes liberais, as belas-artes são vistas como privilégio de uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais.

- **A do Estado autoritário**, na qual o Estado se apresenta como produtor oficial de cultura e censor da produção cultural da sociedade civil.

- **A populista**, que manipula uma abstração genericamente denominada cultura popular, entendida como produção cultural do povo e identificada com o pequeno artesanato e o folclore, isto é, com a versão popular das belas-artes e da indústria cultural.

- **A neoliberal**, que identifica cultura e evento de massa, consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela mass media, e tende a privatizar as instituições públicas de cultura deixando-as sob a responsabilidade de empresários culturais.

Certamente, as políticas culturais no Brasil, apesar de todos os avanços, ainda perpassam pelos interesses das iniciativas privadas com seus olhares parcimoniosos em torno do conceito de cultura que lhes agrada.

Assunto espinhoso na história do país, pensar a cultura brasileira a partir da matriz cultural das populações que foram historicamente excluídas e dar acesso a essas populações ao direito à cultura, preconizado na constituição de 1988, certamente, em termos práticos, é algo que requer não só compromisso político, como sustentar políticas, no campo cultural, combinadas com uma visão antropológica do que vem a ser cultura e para que ela serve.

Esse entendimento está longe de ser realidade do atual governo de Jair Messias Bolsonaro, cujo Ministério da Cultura e a Lei Rouanet sofrem com as implicações deliberadas do desmonte da gestão cultural no país em âmbito federal; tema que será aprofundado no decorrer deste estudo.

2.1 Retrocessos e incertezas quanto ao rumo da política cultural

É inegável que contextos obscuros da história humana ou de uma nação gerem um misto de desesperança e forças de resistência. É o que se vivencia no Brasil no plano da política quando suas instâncias superiores de comando se sustentam, em boa medida, em valores culturais-ideológicos anacrônicos, de cunho antidemocrático, racista e deseducador. As raízes do autoritarismo e do patrimonialismo se arvoram em políticas e atos eleitoreiros que demarcam diferentes tipos de retrocesso: do armamentismo ao antiambientalismo; do negacionismo à desin-

formação; do desrespeito à estética do ridículo político (TIBURI, 2020). Nesse contexto, políticas favoráveis à cultura da diversidade social e dos direitos de cidadania, resultantes de uma trajetória histórica de mobilizações e conquistas, que culminaram com a Constituição Federal de 1988 e prosseguiram a partir daqui, tendem a processos de desconstrução somente comparáveis a períodos de completo descrédito em relação às forças vitais de humanização.

No âmbito da política cultural atual, tudo começa com o fim do Ministério da Cultura que de início se torna uma Secretaria Especial do Ministério da Cidadania, por meio da Lei 13844, de 18 de junho de 2019, artigos 23 e 24 (BRASIL, 2019).

Sob a tutela da Secretaria Especial da Cultura estão sete entidades vinculadas, (três autarquias e quatro fundações), sendo eles: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Agência Nacional do Cinema (Ancine), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Cultural Palmares (FCP), Fundação Nacional das Artes (Funarte) e Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Há também as Secretarias do Audiovisual (SAV), Secretaria de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual (SDAPI), Secretaria da Diversidade Cultural (SDC), Secretaria da Economia Criativa (SEC), Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic) e a Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural (Seinfra) (SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, [2020]).

Conflitos em torno de cargos logo surgiram em razão de desalinhamentos com as orientações políticas prevalecentes, francamente repressoras da liberdade de expressão de minorias sociais ativas e de outros valores universais. Embates moralistas ofensivos e despreparo para a gestão cultural estiveram no centro dos desacertos e indefinições do governo federal atual em relação à pasta da cultura.

Nesse contexto, aliás, a Secretaria Especial de Cultura é transferida ao Ministério do Turismo e, no mesmo decreto, fica estabelecida a transferência do Conselho Nacional de Política Cultural, a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, a Comissão do Fundo Nacional da Cultura e outras seis Secretarias. Mas isso foi pouco, se se compara ao escândalo vinculado a essa mesma Secretaria da Cultura, quando Roberto

Alvim, ao divulgar o Prêmio Nacional das Artes, faz "um discurso semelhante ao do ministro de Adolf Hitler de Propaganda da Alemanha Nazista, Joseph Goebbels, antisemita radical e um dos idealizadores do nazismo", e é "divulgado em vídeo postado na página da Secretaria Especial de Cultura no YouTube", vídeo que, após a exoneração de Alvim, foi retirado do ar (DOMINGOS, 2020, p. 5).

Outras ações frustradas ou tendenciosas no setor cultural incluíram: a entrega de cargos a artistas reconhecidos no país alinhados ao bolsonarismo; exonerações de pessoal qualificado e admissão de pessoas sem qualquer ligação com o setor cultural, mas ideologicamente favorável ao atual comando do executivo; a indistinção entre o que é público e privado, desfavorecendo a democratização em favor de interesses particulares do núcleo familiar presidencial e atores afins; escândalos oriundos de postagens de apoiadores da ala ideológica do governo nas redes sociais; a pouca disposição ao diálogo e ao debate, mas grande energia colocada no confronto e beligerância; tudo criando momentos de "instabilidade e inépcia do governo federal no campo da gestão cultural" (DOMINGOS, 2020, p. 7).

Simultaneamente aos embates ideológicos, a falta de recursos e verbas para a cultura, problema que se arrasta desde o ano de 2016, e a situação de dificuldades econômicas oriundas durante a crise sanitária instaurada pela pandemia do coronavírus agravaram ainda mais o quadro das políticas culturais no Brasil. A contragosto do governo federal, pois por ele próprio deslegitimada, na pessoa do atual secretário Mario Frias, a única ação digna de menção do governo foi a Lei Aldir Blanc (N. 14.017, de 29 de junho de 2020) que "Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020" (BRASIL, 2020). A lei viabiliza o auxílio de R\$ 600, com repasse proveniente do Fundo Nacional de Cultura, aos trabalhadores do setor cultural fortemente afetados pela pandemia, e prevê igualmente auxílio aos espaços culturais.

Considerando que o Ministério da Cultura já esteve nas mãos de intelectuais renomados, tais como Celso Furtado (governo de José Sarney, de 1986 a 1988), Sérgio Paulo Rouanet (governo e Fernando Collor, em 1991), Antônio Houaiss (governo de Itamar Franco, de 1992 a 1993), Gilberto Gil (governo Lula, de 2003 a 2008) e Ana de Hollanda (governo de Dilma Rousseff, de 2011 a 2012), pode-se balizar o atual estado crítico de depreciação da cultura no país, cuja regulação, ou arremedo de regulação, impregna-se por representações sociais de quem governa o país (DOMINGOS, 2020) e de seus ideólogos e eleitorado cativo, hoje em muito reduzido desde as últimas eleições de 2018. Tais representações se disseminam pelas instituições e sociedade, ocasionando confusão dos espíritos, esgotamento cívico e, via de regra, total desesperança.

Em meio a esta controversa situação, manifestos e manifestações nas ruas não têm faltado neste atual momento político brasileiro, sobretudo, mais recentemente, envolvendo não apenas agentes da cultura, mas todas as instâncias de atividade social, indignados com a falta de consciência cívica e os atentados contra instituições públicas e a ordem democrática em curso desde a Constituição Federal de 1988, promovidos pelo atual governo e seus adeptos.

A história das políticas culturais e sua atualidade rebatem-se naturalmente em todos os âmbitos da federação e circunstâncias específicas do aparato normativo referente a domínios variados do desenvolvimento social. O debate sobre a cultura será considerado a seguir no contexto de discussões recentes sobre as relações entre planejamento de regiões metropolitanas instituídas por lei e o desenvolvimento de uma região do estado de São Paulo, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

2.2 A cultura no debate sobre o planejamento do desenvolvimento regional

Considera-se o princípio da integração inerente às premissas da governança interfederativa e das funções públicas de interesse comum, que

balizam, no Estatuto da Metrópole (BRASIL, 2015), o processo de planejamento regional-metropolitano no Brasil e a elaboração de seu principal instrumento, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) (SÃO PAULO, [2021]). Este propõe, na breve particularização contextual que envolve 39 municípios, o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano e a Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (AGEMVALE, [2015]), trazer elementos para uma discussão da ideia de cultura como função pública de interesse comum, em suas relações com outras funções públicas de interesse regional, tais como, o próprio planejamento urbano e regional, o desenvolvimento econômico, o atendimento social (saúde e educação), o uso do solo, a habitação e os transportes.

Um desses pontos para discussão envolve a questão da relação indissociável entre as instâncias político-institucional e cultural-ideológica, passível de ser reinterpretada em qualquer escala de organização socioterritorial. Essa preocupação torna-se relevante para compor a análise histórico-crítica dos rumos das políticas culturais e do planejamento regional-metropolitano (institucional) e dos acontecimentos e das mobilizações sociais que ainda poderão confluir à elaboração do PDUI da região valeparaibana, após os impasses e as incertezas a que chegou o processo de trabalho do Conselho Metropolitano e da AGEMVALE antes da pandemia até a atualidade (GOMES *et al.*, 2021).

Nesse sentido, renovam-se os questionamentos acerca do modelo de organização socioespacial centro-periferia, estabelecido e revestido hegemonicamente por sucessivos agentes, mecanismos e processos históricos de dominação política e econômica, à raiz da vulnerabilidade cultural-ideológica de boa parte da nação. Indaga-se quais os indícios de superação desse modelo constituiriam, de fato, pré-condições para

a ascendência de um novo período da história do país e de um desenvolvimento pautado pelos potenciais da dimensão criadora dos homens, de acordo com as suas matrizes culturais autênticas, com a produção "indígena" de imagens, símbolos, discursos, filosofias, representações sociais (SANTOS, 2000; FURTADO, 1999).

Com políticas de valorização do contexto sociocultural e territorial de populações plurais, um novo ethos fundado em outra regra de relacionamentos, que não a da competitividade desabrida (SANTOS, 2000), poderia ser a base de processos de participação e de construção coletiva e emergência de singularidades culturais, do espírito dos lugares. Com essa perspectiva, um trabalho conjunto de dissolução de ideologias sustentadoras de processos de dominação e subjugação, de alienação social ou negacionismos de toda sorte continua sendo o grande desafio simultaneamente às reafirmações conscientes da perspectiva do humanismo concreto e da radicalização democrática.

Nesse escopo de discussões, a confrontação com a realidade de culturas regionais torna-se necessária e merece aprofundamentos de estudo e de investigação, assim como ampliação do debate social com envolvimento de segmentos interessados da sociedade civil, atuantes na forma de redes colaborativas, movimentos sociais, associações, coletivos etc.

Para circunstanciar os reflexos locais de uma história de políticas culturais federais, pode-se apresentar um rápido perfil da cultura nos municípios da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Figura 1), a partir de variáveis selecionadas e informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o objetivo de suscitar inferências indicativas para a produção de conhecimentos e a dinamização de debates sobre as relações entre cultura, território e o planejamento do desenvolvimento regional.

habitantes, responde afirmativamente a todos os parâmetros analisados. Guaratinguetá e Cruzeiro são duas importantes sedes municipais da região, sob o ponto de vista histórico. Ubatuba e São Sebastião, ambos municípios da região litorânea com população na faixa de 80 mil habitantes, possuem significação histórica e importância turística, assim como São Sebastião se destaca sob o ponto de vista produtivo e portuário.

Esse estrato significativo de municípios destaca-se no conjunto regional, cuja situação, no campo da gestão cultural, ainda se revela bastante insuficiente. Do total de 39 municípios que compõem a região, apenas quatro deles possuíam Plano Municipal de Cultura (PMC) em 2018. Desses quatro, um deles possuía PMC, mas não estava regulamentado por lei e outros nove municípios estão em fase de elaboração dos seus planos.

Quanto à realização de conferências municipais nos últimos quatro anos (com relação a 2018), 10 foram os municípios que responderam afirmativamente. Dezoito (18) municípios disseram ter Legislação de Proteção do Patrimônio Cultural, 19 municípios possuíam Conselho Municipal de Cultura e 12 municípios, Fundo Municipal de Cultura. O que mostra uma situação positiva apenas para 50% ou menos do total de 39 municípios.

Dentre estes municípios, vale destacar que, no geral, cidades maiores apresentam melhores condições no campo da gestão municipal da cultura. São Bento do Sapucaí e Ilhabela, pequenos municípios, também apresentam política de valorização municipal da cultura.

O estudo ora apresentado, embora de caráter indicativo apenas, permite ponderar sobre alguns instrumentos de gestão democrática instituídos sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988: planos, conselhos, fundos e conferências que, para o alcance dos objetivos do Sistema Nacional de Cultura – SNC, os entes federados (Estados, DF e Municípios) podem aderir, mediante assinatura do Acordo de Cooperação Federativa, para desenvolvimento de seus sistemas de cultura locais e funcionamento de forma integrada. Se essa perspectiva integradora se dá,

no âmbito nacional, entre unidades da federação, no contexto da gestão de regiões metropolitanas, ela é transposta supondo ação cooperativa entre o estado instituidor e os municípios integrantes da região metropolitana instituída.

Outro componente do SNC é o Sistema de Informações e Indicadores Culturais, ainda pouco desenvolvido no Brasil, com a colaboração do IBGE, uma das principais instituições que têm contribuído neste sentido. Esse elemento tornou-se bastante valorizado no âmbito regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte (GOMES, ZANETTI; BAZANELLA, 2021; DOMINGOS; GOMES; NOGUEIRA, 2021) como algo essencial para a proposição de políticas e ações de apoio institucional e financeiro. Um exemplo deste valor atribuído às informações sobre a cultura local e regional é a disseminação de esforços conjuntos para a elaboração de inventários participativos da cultura material e imaterial, a começar pela identificação de agentes e ações coletivas (DOMINGOS, GOMES; NOGUEIRA, 2021).

Uma análise qualitativa das políticas culturais poderá ser efetivada a começar da compreensão de diferentes atores, incluindo os Conselhos Municipais e demais atores envolvidos, bem como a partir dos próprios planos nacionais de cultura regulamentados por lei; legislações municipais que dispõem sobre a cultura, incluindo artigos estabelecidos pelos planos diretores municipais; leis que versam sobre intervenções artísticas urbanas, fundos municipais, editais a exemplo da Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/20) etc. Além disso, vale ressaltar o interesse em realizar dessas análises qualitativas em correlato à compreensão dos diferentes contextos socioculturais municipais para os quais tais políticas são elaboradas e implementadas.

Isso é importante para a avaliação de rumos progressistas ou conservadores das políticas culturais, o que pode ser realizada, entre outros possíveis parâmetros, à luz do critério da hibridação de "processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas" (CANCLINI, 2011,

p. 18). Ao entender a cultura contemporânea progressista na ótica de processos de hibridação, dissolvem-se as dicotomias entre urbano e rural, tradicional e moderno, cultura popular e de elite, cultura digital e não digital. Em contraposição à promoção da multi e interculturalidade, cairia por terra "o suporte das políticas de homogeneização fundamentalista ou de simples reconhecimento (segregado) da pluralidade de culturas" (CANCILINI, 2011, p. 24).

Além disso, no âmbito das discussões, inspiradas em Boisier (2007), a construção de conhecimentos e debates sobre as perspectivas do planejamento do desenvolvimento regional devem considerar modelos mentais que, indo além do paradigma cartesiano e do projeto de crescimento econômico exclusivo, considerem a complexidade do desenvolvimento, incluindo dimensões intangíveis e interações criadoras de sinergias locais e regionais. Trata-se de repensar aportes interpretativos, formas de análise e intervenções em prol do desenvolvimento entendido prioritariamente como propriedade emergente de "un sistema territorial dinámico, complejo, adaptativo y altamente sinergizado" (BOISIER, 2003, p. 8) e de um processo social e cultural, "de activación y canalización de fuerzas sociales, de avance en la capacidad asociativa, de ejercicio de la iniciativa y de la inventiva" (FURTADO, 1982 apud BOISIER, 2003, p. 1).

Simbolização, conhecimento, cultura, informação, comunicação, debate social estão na raiz da possibilidade de construção de outras comunidades imaginadas, outras relações sociais e com o Estado, outras formas de criação coletiva de cultura e poder de transformação.

Considerações finais

As Leis de incentivo cultural foram grandes avanços no campo cultural, no que concerne à capacidade de formular e implementar políticas públicas de cultura, mas também não chegam a abarcar a maioria da população desprovida dos acessos e dos recursos para alcance das políticas públicas de atendimento às demandas culturais. A descentralização das atividades no

âmbito cultural é essencial para dar capilaridade à atuação da população e dos agentes produtores de cultura e pensá-la a partir de sua função pública de interesse comum.

É passada a hora de pensarmos na constituição de um Sistema Nacional de Cultura que articule os governos federal, estaduais e municipais e que chame para o debate todos os atores sociais. Antes, porém, é imperativo que se pense sobre o sentido da cultura e, de forma provocativa, é preciso ensaiar um novo modelo de desenvolvimento que descolonize nosso saber epistemológico sobre cultura, saber que foi formado a partir de padrões exógenos a nós. Certamente, essa nova episteme sugere pensarmos não em modelos formativos de padronização cultural, mas admitir que só alcançaremos um saber sobre nós mesmos quando aceitarmos as diferenças como pressupostos de nossa existência e cosmologia.

Os dados preliminares obtidos na região do Vale do Paraíba, embora evidenciem que alguns municípios apresentam planos de cultura, conferências que abordem a temática cultural e fundos de cultura, isso só não basta para pensar a cultura como instância social e dimensão importante da identidade social. É fundamental que ocorram as interações entre cultura, política e desenvolvimento, mas que os projetos de caráter social levem em consideração a participação conjunta do Estado, das organizações, dos atores e agentes sociopolíticos, considerando-se os processos geopolíticos e sociais para dar condições para a projeção da psicoesfera como lugar da produção de sentido, sinergia importante para lidarmos com os nossos desafios e pensarmos, de forma coletiva, meios horizontalizados de um viver social permeado de singularidades, carregados de subjetividades próprias dos lugares e dos sujeitos que, coletivamente, buscam dar sentido à vida.

Referências

AGEMVALE. Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. [2015]. Disponível em: <https://www.agemvale.sp.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BENJAMIN, Walter. O anjo da história. Walter Benjamin; organização e tradução de João Barrento. *Belo Horizonte*: Autêntica Editora, 2012.

BOISIER, Sergio. ¿Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica? *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, Caracas, n. 27, Oct. 2003.

BOISIER, Sergio. Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo em el lugar y em las manos de la gente. *Revista eure*, Santiago de Chile, v. XXX, n. 90, p. 27-40, Sep. 2004.

BOISIER, Sergio. América Latina em um Medio Siglo (1950/2000). El Desarrollo: ¿Dónde estuvo? *Revista OIDLÉS* (Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y La Economía Social), Málaga, Grupo EUMED.NET, Universidad de Málaga, año 1, n. 1, p. 3-41, jul./ago./sep. 2007. ISSN: 1988-2483. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/ervoidles/y_3a2007_3ai_3a1_3a25.htm. Acesso em: 1 fev. 2022.

BOTELHO, Isaura. *Romance de formação*: FUNARTE e política cultural 1976-1990. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2000.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Cultura é um bom negócio*. Brasília: MINC, 1984.

BRASIL. *Lei 13.089, de 12 de janeiro de 2015*. Institui o Estatuto da Metrópole. Brasília, DF: Presidência da República [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm. Acesso: 27 jul. 2021.

BRASIL. *Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019*. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13844&ano=2019&ato=1591TT61keZpWT15c>. Acesso em: 01 fev. 2022

BRASIL. *Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020*. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>. Acesso em: 9 set. 2021.

CANCLINI, Néstor G. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (org.). *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 57-67.

CANCLINI, Néstor G. *Estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (org.) *A Era FHC: um balanço*. São Paulo, Cultura, 2002, p. 627-656.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995. Epub. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000100006>. Acesso em: 21 nov. 2005. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000100006>. Acesso em: 6 set. 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento* 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. Recurso eletrônico.

DOMINGOS, Bianca. Siqueira Martins; GOMES, Cilene; NOGUEIRA, Bianca. Olhares netnográficos sobre cultura, desenvolvimento e ações coletivas no Vale do Paraíba: netnografia de dinâmicas culturais no Vale do Paraíba. *Revista Ciências Humanas - UNITAU*, Taubaté, SP, v. 14, e30, 2021.

DOMINGOS, Bianca Siqueira Martins. *Contextos obscuros de escrita da tese*. Capítulo (removido) de tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Vale do Paraíba, 2020. (texto não publicado).

DURANT, Will. As condições da civilização. In: *A História da Civilização: Nossa herança oriental*. Rio de Janeiro, Record, [19--].

FURTADO, Celso. *A nova dependência*. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. São Paulo, Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. *O longo amanhecer*: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

GIL, Gilberto. *Palestra no Instituto Rio Branco*. Brasília, 30 mar. 2005. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fd7cAC1HpQs>. Acesso em 06 de set. 2021.

GOMES, Cilene; ZANETTI, Valéria Regina; BAZANELLA, André. Proposta teórico-metodológica de inventário cultural participativo no Vale do Paraíba e Litoral Norte, São Paulo. *Confluências Culturais*, Joinville, v. 10, n. 1, p. 121-132, jan./mar. 2021.

GOMES, Cilene; ZIONI, Silvana; SIQUEIRA, Graziana Donata Punzi de; SCAQUETTI, Rosa; PAULA, Adriana Maria de. *O Processo de Contratação, Elaboração e Implementação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado Soluções de governança, instrumentos, arranjos de gestão e soluções de conflitos de uso e ocupação do solo Região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte* (RMVPLN). 2021. (Relatório de pesquisa). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10466/1/Pgmb_rm_Vale_Paraiba_Litoral_Norte_complemento_B.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: IPHAN, 1996.

MAGALHÃES, Aloisio. *E Triunfo?* A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

POGREBINSCHI, Thamy. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n. 23, p. 43-53, nov. 2004.

RAFFAINI, Patricia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

RAMÍREZ NIETO, Jorge. *El discurso Vargas Capanema y la arquitectura moderna en Brasil*. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007. p. 16-28.

SARNEY, José. Incentivo à cultura e sociedade industrial. In: JELÍN, Elizabeth et al. *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000. p. 27-44.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro-São Paulo, Record, 2000.

SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014c.

SÃO PAULO. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado: Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Regional: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2021. Disponível em: <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SHELLING, Vivian. *A presença do povo na cultura brasileira*. Ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA. Página principal. Disponível em: <http://cultura.gov.br/secretaria>. Acesso em: 24 mar. 2020.

SERFATY, Clara. Políticas culturales interestatales y programas de intercambio cultural. In: JÁCOME, Francine (org.). *Diversidad cultural y tensión regional: América Latina y el Caribe*. Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1993. p. 105-118.

TIBURI, Marcia. Ridículo Político: Análise de uma mutação estético-política. *Rev. Cadernos de Campo*, Araraquara, n. 28. p. 97-129, jan./jun. 2020. E-ISSN 2359-2419.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo, Ática, 1977.

ZIMMER, Jörg. Progresso e recordação em Ernst Bloch e Walter Benjamin. In: *Walter Benjamin: experiência histórica e imagens dialéticas*. Organização de Carlos Eduardo Jordão Machado, Rubens Machado Jr., Miguel Vedda. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. Edição Kindle.

Cilene Gomes

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil. Professora da Universidade do Vale do Paraíba, (UNIVAP), em São José dos Campos, SP, Brasil.

Valéria Regina Zanetti

Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), em São Paulo, SP, Brasil.

Endereço para correspondência

Cilene Gomes

Av. Shishima Hifumi, 2911

Urbanova, São José dos Campos

SP, 12244-390

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.